

O Conceito de Emprego das Forças Armadas em Matérias de Segurança Interna

Nuno Imperial

Capitão de Artilharia e investigador da Academia Militar. Doutorando em Direito e Segurança na Faculdade de Direito na Universidade Nova de Lisboa.

Resumo

O artigo tem por finalidade descrever e analisar o enquadramento jurídico do emprego das Forças Armadas em matérias de segurança em Portugal, para validar a sua legitimidade de emprego em circunstâncias específicas.

Apresenta-se um quadro teórico, assente na legislação nacional em vigor, que permite descrever a realidade do emprego das Forças Armadas em contextos de segurança interna.

Abstract

The Armed Forces' Deployment Concept in a Domestic Security Framework

The article describes and analyze the legal framework concerning the deployment of Armed Forces in domestic security situations in Portugal, to validate its legitimacy under specific circumstances.

It presents a theoretical framework, based on the national legislation, capable of providing a proper understanding of such possibility.

Introdução

O presente artigo analisa os aspetos que relacionam o emprego das Forças Armadas (FA), em contextos de segurança interna, com o enquadramento jurídico português que permite às FA apoiarem, com carácter supletivo e em complementaridade, as Forças e Serviços de Segurança (FSS), no âmbito das outras missões de interesse público preconizadas para as FA.

O objetivo é apresentar um quadro teórico, assente na legislação nacional em vigor, que permita descrever a realidade do emprego das FA em contextos de Segurança “no espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado Português”¹.

O tema enunciado merece posições bem distintas e diferentes entre personalidades do meio académico, das FA e das FSS. No entanto, há pontos de convergência e linhas de pensamento, em determinados aspetos, que são consensuais.

Pelo acima mencionado, orientou-se a investigação no sentido de se conseguir refletir e conhecer, em que medida é legítimo o emprego das FA em contextos de segurança interna.

O tema ora tratado é importante e pertinente no que toca à compreensão do potencial contributo das FA para um Sistema Nacional de Segurança que compreenda a Defesa Nacional (DN) e também a Segurança Interna (SI), através da atividade das próprias FA, em *subsidiariedade* e complementaridade das FSS, em Portugal.

Adotou-se uma abordagem qualitativa e desenhou-se um modelo de análise que delimitou, como objeto de estudo, o conceito de emprego legítimo das FA na segurança interna, enquanto facto observável.

Neste âmbito, a questão da legitimidade² é entendida como:

“O suporte da noção de obediência voluntária que leva a um sentimento de obrigação, de dever ou de vontade de obedecer às normas e às leis e naturalmente às autoridades consideradas legítimas.” (Lourenço, 2012, p. 183).

Para definir este conceito – o emprego legítimo das FA em situações de segurança interna – criou-se um modelo teórico assente na metodologia de investigação em Ciências Sociais. Para o efeito, recorreu-se a Quivy e Campenhoudt (2013, pp. 259-275) para se determinar a forma de eleger os critérios de racionalidade capazes de definirem o conceito ora estudado.

Assim, elegeram-se três critérios, os quais equivalem aos critérios de legitimidade que são definidos consoante as ameaças à segurança, da seguinte forma:

1 Considerando o âmbito territorial para o desenvolvimento da Segurança Interna, nos termos do Artigo 4.º da Lei de Segurança Interna, Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho e pelo D.L. n.º 49/2017, de 24 de maio.

2 Segundo Nélson Lourenço (2012, p. 190), “a legitimidade e a confiança nas polícias são elementos significativos, (...), na definição de políticas de segurança”.

- (a) um critério jurídico, com indicadores de observação, tais como a legislação nacional em vigor, as normas e regulamentos militares e as opções políticas de DN e de SI;
- (b) um critério operacional, observável através da existência de exercícios de treino e formação dedicados, da existência de operações das FA levadas a cabo em apoio das FSS, das capacidades e competências existentes nas FA, e ainda, da presença institucional de elementos militares das FA em estruturas de Segurança tuteladas pela DN³;
- (c) por fim, um critério social e securitário, com indicadores de observação tais como a avaliação da ameaça, o contexto social de insegurança e a falta de determinados meios nas FSS, necessários para responder a eventuais ameaças à segurança.

Relativamente ao método de recolha de dados, escolheu-se o método de análise de conteúdo para testar a hipótese: “Quanto mais os critérios de legitimidade se verificam perante uma determinada ameaça à segurança, mais se torna legítimo o emprego das FA, e vice-versa”.

Da hipótese avançada, recorrendo a uma matriz de análise estruturada em Heuer e Pherson (2011, pp. 59-63) formulou-se o seguinte:

- (a) quando os três critérios considerados se verificam – é completamente legítimo o emprego das FA na segurança interna;
- (b) quando o critério jurídico e outro se verificam – em caso de necessidade, é legítimo e razoável o emprego das FA na segurança interna;
- (c) quando só o critério jurídico se verifica – em circunstâncias específicas é legítimo e pontual o emprego das FA na segurança interna;
- (d) quando nenhum dos critérios considerados se verifica – não é legítimo e é nulo o emprego das FA na segurança interna.

Tendo presente neste estudo que em circunstâncias de exceção há lugar à atuação das FA em complemento das FSS, defende-se que “sem segurança não há liberdade, mas a segurança terá de ser assegurada num quadro de plena legitimidade democrática” (Lourenço, 2012, p. 194).

O presente artigo tece algumas considerações sobre o conceito de segurança e sobre o emprego das FA em contextos de segurança interna. Posteriormente descreve o enquadramento jurídico que permite o emprego das FA nestas circunstâncias, especificando as principais missões neste âmbito e mostrando as capacidades das FA

3 Consideram-se as estruturas de Segurança (organismos públicos/autoridades) tuteladas pelo Ministério da Defesa Nacional e que têm responsabilidades no Sistema de Segurança Interna, e.g. a Autoridade Marítima Nacional, a Autoridade Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Vd. Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio.

face às principais ameaças. Por fim, analisa os aspetos do emprego das FA em complementaridade das FSS, relativamente ao caso português, e remete para as considerações finais do estudo.

1. Considerações sobre o Conceito de Segurança

No mundo de hoje, o conceito de segurança é interpretado em várias dimensões. Com a globalização⁴ e perante a atual sociedade do conhecimento, os Estados soberanos e o indivíduo em si, estão expostos a novos riscos e ameaças, para além das tradicionais manifestações de insegurança e de violência perpetradas ao longo da História. Decorrentes desse contexto, as respostas de segurança passaram a ser multidisciplinares, em diversos setores e sem estanquidades geográficas.

Segundo Barry Buzan, no fim da Guerra Fria, o conceito de segurança começa a sofrer mutações, que o fizeram desprender-se da tradicional associação às questões militares e de política de defesa. Por essa altura, surgem novas perspetivas de entendimento, onde cabem definições de segurança mais alargadas, tais como a de segurança económica e a de segurança ambiental. Estas já não se restringem ao papel do Estado.

A partir dos anos 90 do século XX, juntam-se ao conceito de segurança, também as definições de segurança humana, de segurança societal, segurança energética e de segurança alimentar.

Por consequência, o ideal de segurança atual é concebido pela visão do conceito de segurança humana. No entanto, podendo-se abandonar a conceção mais tradicionalista de Segurança, assente em polos distintos entre a segurança externa e a segurança interna, ou entre os assuntos de defesa e os assuntos de manutenção da ordem pública; é considerado hoje unânime, que se deve entender os fenómenos securitários com o recurso aos conceitos que conseguem operacionalizar essa mesma segurança.

Assim, verifica-se que antes se tinha uma perspetiva tradicionalista, político-militar e que, agora se assiste a uma perspetiva construtivista da segurança (Buzan e Hansen, 2009, p. 4).

A Escola de Copenhaga e o seu núcleo duro, constituído por Barry Buzan e Ole Wæver, foram os grandes impulsionadores do conceito de segurança societal e de securitização (Buzan e Hansen, 2009). O conceito de segurança societal foi lançado inicialmente para responder a uma série de conflitos nacionais que ocorreram na

4 “Anthony Giddens (...) define a globalização “como a intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que [ocorrem] a muitos quilómetros de distância” (Giddens, 1995, p. 52 *apud* Lourenço, 2013, p. 13).

ex-Jugoslávia e na ex-URSS (Buzan e Hansen, 2009). Deste modo, a segurança societal é entendida como sendo:

“A capacidade de uma sociedade permanecer com o seu caráter essencial sob condições variáveis e ameaças possíveis ou reais. (...) A Segurança Societal limitou o possível objeto referente a duas unidades coletivas, Estado e Sociedade, e excluiu o indivíduo e o global.” (Buzan e Hansen, 2009, p. 213)

Segundo Nélson Lourenço (2015), também é importante uma nova visão da segurança, diferente da segurança das fronteiras, com preocupações ao nível das ameaças derivadas do terrorismo transnacional, do crime organizado e centradas na cibersegurança⁵.

“Entende-se por segurança a busca da libertação da ameaça e a capacidade dos Estados e das sociedades para manter a sua identidade independente e a sua integridade funcional contra as forças de mudança que consideram hostis.” (Buzan, 1991, p. 432).

Uma outra dimensão de segurança diz respeito ao conceito preconizado pelas Nações Unidas, designado por segurança humana, em que o referencial teórico deixa de ser só o Estado e passa a ser também o indivíduo (Garcia e Ferro, 2013). O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon refere em março de 2014 o seguinte:

“O entendimento comum sobre segurança humana, acordado pela Assembleia Geral na resolução 66/290 em setembro de 2012, oferece uma maneira útil de pensar sobre como responder aos desafios do século XXI. (United Nations Human Security Unit, 2014, p. 3)

A segurança humana complementa a Segurança Nacional (SN) em quatro aspetos: na preocupação com o indivíduo e com a comunidade; na identificação de ameaças à segurança das pessoas e às suas condições de vida; na identificação da gama de atores que promovem a segurança, para além do Estado; na proteção das pessoas, mas também na capacidade de as pessoas conseguirem defender-se sozinhas (Commission On Human Security, 2003, p. 4):

“A segurança humana reúne os ‘elementos humanos’ da segurança (...) reconceptualiza a segurança de uma maneira fundamental: (i) afastando-se das concepções de segurança tradicionais, centradas no Estado, que se focam principalmente na segurança dos estados da agressão militar, para um que se concentra na segurança dos indivíduos, na sua proteção e capacitação; (ii) chamar a atenção para uma multiplicidade de ameaças transversais a diferentes aspetos da vida humana e, assim, destacar a ligação entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos; e (iii) promover uma nova abordagem integrada, coordenada e centrada nas pessoas para difundir a paz, a

5 “O ciberespaço criou novos bens jurídicos que carecem de proteção, novos tipos de crimes e, ainda, novas formas de realizar crimes antigos”. Conforme a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2015, de 12 de junho, referente à Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço.

segurança e o desenvolvimento dentro e através das nações.” (United Nations Trust Fund for Human Security, 2009, pp. 5-6)

Com efeito, o conceito de emprego das FA na Segurança deve ser observado à luz das diferentes perspetivas conhecidas e aceites sobre o conceito da Segurança. Nesse sentido, é importante considerar num horizonte nacional, aquando de uma necessária revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), o enquadramento das FA no conjunto das ações que permitam concretizar os conceitos de Segurança Humana⁶ e os de Segurança Societal (figura 1).

Figura 1 – Friends of Europe: Jam’s top 10 Recommendations



Fonte: *Friends of Europe* [online], disponível em: <http://www.friendsofeurope.org/sites/default/files/media/uploads/2016/05/SECJAM-recommendations1.jpg>

6 "People-centered; Comprehensive; Context-specific; Prevention-oriented; Protection (top-down) and Empowerment (bottom-up)" (United Nations Human Security Unit, 2014).

A segurança, entendida enquanto conceito operacional, permite dar significado à atividade de um conjunto de elementos de um sistema de segurança em concreto. Na realidade nacional, esse conceito compreende a segurança interna, a segurança externa, as Informações da República e a Proteção Civil, as quais devidamente integradas, enformam o conceito de Segurança Nacional⁷.

Figura 2 – Compromisso das FA Portuguesas



Fonte: Estado-Maior-General das Forças Armadas [website] disponível em:
<http://www.emgfa.pt/pt/home/>

A atividade de segurança, ou o produto operacional desses elementos do referido sistema, materializa-se no emprego das FSS, das FA (figura 2), dos Serviços de Informações da República e dos Agentes de Proteção Civil, para que, no cumprimento das suas atribuições e missões distintas, consigam fazer face aos riscos e ameaças que surjam, em sintonia com o quadro legal vigente e respeitando os princípios constitucionais.

7 "Security is facing new challenges. In the past, security threats were assumed to emanate from external sources. State security focused mainly on protecting the state – its boundaries, people, institutions and values – from external attacks" (Commission On Human Security, 2003, p. 5).

Portanto, uma noção de SN⁸ enquadra:

“A condição que se traduz pela garantia de sobrevivência da nação em paz e liberdade, ou seja, a garantia dos interesses nacionais vitais: soberania, independência e unidade, integridade do território” (Ferreira, 2015, p. 35).

Por seu turno,

“A Defesa Nacional tem por objetivo garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (Ferreira, 2015, p. 35).

Desta forma o CEDN⁹ prevê que:

“O sistema de segurança interna não deve ser considerado isoladamente, mas antes integrado no sistema mais amplo e abrangente da segurança nacional, que faz apelo aos princípios da complementaridade e da interdependência entre todas as suas componentes” (p. 1992).

Quanto ao conceito de SI, ele está definido no Artigo 1.º, n.º 1, da Lei de SI¹⁰, com a seguinte redação:

“A Segurança Interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”

Neste século, a grande diferença ao nível do conceito, é que se passou da segurança do Estado para a segurança centrada no indivíduo. A definição de segurança em sentido restrito deixou de ter capacidade para explicar o conceito. As fronteiras da segurança alteraram-se, ficou para trás o paradigma realista das fronteiras físicas de um Estado. Os limites são alargados e as fronteiras da segurança não são só os limites geográficos. A segurança é aquilo que se percebe e não tanto as questões consideradas pela defesa e segurança propriamente ditas (Lourenço, 2015).

Noutra perspetiva, a arquitetura de segurança coletiva pode ser entendida em três vertentes: *hard*, *soft* e *smart power*.

8 “Com efeito, o quadro constitucional desvaloriza a utilização formal do termo Segurança Nacional, não adotando o enfoque anglo-saxónico que atribui ao termo ‘Segurança’ o mesmo significado de ‘Defesa Nacional’, numa perspetiva abrangente. Este regime tem motivado algumas críticas oriundas de especialistas em questões de segurança que consideram pertinente a consagração constitucional do termo Segurança Nacional” (Feiteira, 2006, p. 85).

9 Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril.

10 Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho.

Segundo Nuno Severiano Teixeira (2009, pp. 11, 12 e 15), “A Defesa e a Segurança são instrumentos de uma Estratégia Nacional – são instrumentos decisivos para a existência dos Estados”. O conceito de segurança nos dias de hoje, não se baseia exclusivamente na segurança do Estado e no uso da força.

“A problemática da segurança (...) e da defesa (...) só pode, hoje em dia, ser eficazmente abordada numa perspectiva simultaneamente holística, que vai da segurança individual à da Humanidade, e sistémica, que encara e integra todos os vectores do poder (militar, económico, científico, diplomático, cultural, etc.)” (Couto, 2009, p. 21).

2. As Forças Armadas em Contextos de Segurança

Segundo o documento *Defesa 2020*,¹¹ no atual contexto de segurança, os governantes de Portugal reconhecem que se deve: “Reformular a cadeia operacional das Forças Armadas, de modo a potenciar a capacidade de planeamento e a execução de operações, quer em missões externas, quer em missões no interior do país, previstas na lei”.

De acordo com o CEDN, o Estado deve promover políticas de DN e de segurança no sentido de:

- (a) “Aprofundar a cooperação entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança em missões no combate a agressões e às ameaças transnacionais, através de um Plano de Articulação Operacional”;
- (b) “Garantir a capacidade de vigilância e controlo do território nacional”, e a “fiscalização do espaço aéreo e marítimo”;
- (c) “Desenvolver as capacidades militares necessárias à mitigação das consequências de ataques terroristas, cibernéticos, NBQR (Nuclear, Bacteriológico, Químico ou Radiológico) e de catástrofes e calamidades”;
- (d) “Montar a estrutura responsável pela cibersegurança, através da criação dos órgãos técnicos necessários”;

Ao nível da União Europeia, um grupo de reflexão denominado *Friends of Europe* (2016), defende entre vários outros tópicos o seguinte:

“Toda a defesa é segurança, mas nem toda a segurança é defesa. Se quisermos combinar os orçamentos, o *benchmark* deve ser superior a 2%”.¹²

“Esta integração precisa de ser sincronizada e devidamente institucionalizada. As lideranças civil e militar existentes precisam adotar um nível de relacionamento mutuamente benéfico”.¹³

11 Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril.

12 Sandy Johnston antigo funcionário do Ministério da Defesa britânico, citado em *Friends of Europe* (2016, p. 33).

13 Thierry Balzacq, diretor científico no Institute for Strategic Research (IRSEM) citado em *Friends of Europe* (2016, p. 62).

Não obstante o acima descrito, alguns autores defendem entendimentos menos convergentes com esta visão que se considera integradora. É o caso do exposto acerca da intervenção das FA, em ações junto da população civil:

“Com efeito, os meios necessários para a prevenção e combate das ameaças transnacionais à Segurança Interna, mesmo quando possam ter consequências duras para a sociedade e exijam um acrescido esforço de coordenação, não fazem apelo a uma lógica de guerra, como é o caso do crime organizado e das organizações de tipo máfias, dos actos que cabem na figura de desordem social, do cibercrime ou do terrorismo” (Lourenço, 2015, p. 34).

A linha de pensamento anterior apresenta ainda o argumento de que “o uso da força não é o meio de ação por excelência das polícias”; e que “pelo contrário, o equipamento e armamento militar obedece a um racional de máxima eficácia em termos de alcance, poder de destruição e precisão”, direcionado prioritariamente para a “eliminação física do inimigo” (Lourenço, 2015, pp. 34-35).

Por outro lado, pode-se evidenciar em sentido contrário que “o disposto na LSI, na LOBOFA e na LDN constitui uma extensão (para fazer face às novas ameaças) do disposto na alínea 6) do art.º 275.º da CRP” (Borges, 2013, p. 29).

Nesse sentido, o emprego das FA em território nacional pode apoiar as FSS e “sem prejuízo da sua missão primária de defesa militar da República” (Borges, 2013, p. 29). Segundo o General Pinto Ramalho (2011, p. 110):

“Face aos novos riscos à segurança global e, em particular, numa perspetiva de combate ao terrorismo e ameaças não tradicionais (...), deixaram de existir fronteiras definidas entre a Segurança Interna e externa, o seu carácter é difuso e reconhece-se a indispensabilidade da atuação supletiva das Forças Armadas em muitas situações de carácter interno, onde as Forças de Segurança não dispõem de capacidades adequadas ou se revelaram insuficientes.”

Outros autores (Garcia, 2015, p. 26) consideram por sua vez que as FA “irão, nas próximas décadas, ser empregues na ordem interna”.

3. Enquadramento Jurídico do Emprego das Forças Armadas na Segurança

Em termos constitucionais, denota-se uma distinção entre SI e DN conforme as origens internas ou externas, respetivamente. No entanto, face à complexidade das ameaças atuais, “a perspectiva bipartida parece não responder satisfatoriamente” (Feiteira, 2006, p. 85).

No que respeita à legitimidade de um eventual emprego das FA, terá que ser sempre respeitado o pressuposto aplicado às FSS.¹⁴

14 Apresenta-se aqui um paralelismo possível: “quatro orientações são essenciais: assegurar o reconhecimento por parte dos cidadãos da legitimidade da ação policial e simultaneamente conseguir um elevado nível de confiança dos indivíduos e das comunidades nas polícias;

Da pesquisa efetuada verifica-se que o Chefe do Estado-Maior-General das FA, atualmente tem assento no Conselho Superior de Defesa Nacional¹⁵, no Conselho Superior de Informações¹⁶ e no Conselho Superior de Segurança Interna¹⁷.

Relativamente à Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), as FA podem ser representadas nos seguintes termos: “a convite do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, conforme as matérias a tratar, podem participar em reuniões da UCAT representantes das seguintes entidades: a) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas”¹⁸.

A segurança coletiva é uma tarefa fundamental do Estado. A segurança é por um lado, um direito individual e, por outro, um dever do Estado.

A tabela seguinte mostra as referências à legislação portuguesa, pesquisadas durante a presente investigação, onde consta o papel ativo das FA em contextos de segurança.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), fixa o regime da DN no Artigo 273.º, e das FSS no Artigo 272.º:

Tabela 1 – Legislação Portuguesa com Referência às Forças Armadas na Segurança

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto (CRP)	
Artigo 273.º (Defesa Nacional)	É obrigação do Estado assegurar a Defesa Nacional. A Defesa Nacional tem por objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.
Artigo 272.º (Policia)	A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a Segurança Interna e os direitos dos cidadãos.
Lei de Segurança Interna – Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto Artigo 35.º Forças Armadas As Forças Armadas colaboram em matéria de Segurança Interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional.	

aumentar a eficiência da ação das polícias; diminuir o sentimento de insegurança e o medo do crime; aumentar a eficiência da justiça contribuindo para a confiança no sistema judicial e para a diminuição da perceção de impunidade” (Lourenço, 2012, p. 192).

15 Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, Lei de Defesa Nacional.

16 Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto, Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa.

17 Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, Lei de Segurança Interna.

18 Decreto Regulamentar n.º 2/2016 de 23 de agosto, Organização e Funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo.

Lei de Defesa Nacional – Lei Orgânica n.º 5/2014 de 29 de agosto

Artigo 5.º Objetivos permanentes da política de Defesa Nacional

b) A liberdade e a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional;

Artigo 10.º Comandante Supremo das Forças Armadas

c) Direito de ser previamente informado pelo Governo, através de comunicação fundamentada, sobre o emprego das Forças Armadas em missões que envolvam a colaboração com as Forças de Segurança contra agressões ou ameaças transnacionais;

Artigo 24.º Missões das Forças Armadas

1 – Nos termos da Constituição e da lei, incumbe às Forças Armadas:

a) Desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado;

e) Cooperar com as Forças de Segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais;

f) Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

2 – As Forças Armadas podem ser empregues, nos termos da Constituição e da lei, quando se verifique o estado de sítio ou de emergência.

Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas – Lei Orgânica n.º 6/2014 de 1 de setembro

Artigo 26.º Articulação operacional entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança

1 – As Forças Armadas e as Forças de Segurança cooperam tendo em vista o cumprimento conjugado das suas missões para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º.

2 – Para assegurar a cooperação prevista no número anterior, são estabelecidos os procedimentos que garantam a interoperabilidade de equipamentos e sistemas, bem como a utilização de meios.

3 – Compete ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna assegurar entre si a implementação das medidas de coordenação, para os efeitos previstos nos números anteriores, sem prejuízo do disposto na Lei de Segurança Interna.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2016, o Estado-Maior-General das FA (EMGFA), no âmbito da partilha de informações, manteve ligações com os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) no quadro das atividades necessárias à avaliação das ameaças à Segurança militar (Sistema de Segurança Interna, 2016, p. 179).

Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN) – Lei n.º 28/2013 de 12 de abril

Artigo 3.º Autoridade Aeronáutica Nacional

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea é, por inerência, a AAN e, nesta qualidade funcional, depende do Ministro da Defesa Nacional.

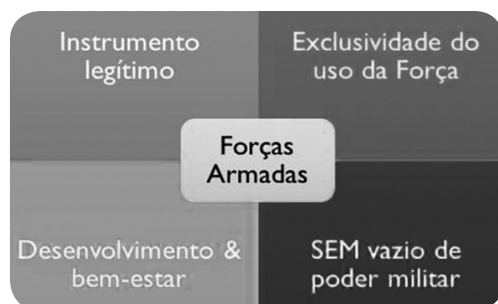
Segundo o RASI de 2016, no que diz respeito ao combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes, a Força Aérea “efetuou 278:05 HV” [horas de voo] dedicadas a este tipo de ameaça (Sistema de Segurança Interna, 2016, p. 182).

<p>Polícia Marítima (PM) – Decreto-Lei n.º 235/2012 de 31 de outubro</p> <p>Artigo 1.º</p> <p>2 – A PM é uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM e à AMN, composta por militares da Armada e agentes militarizados.</p> <p>Segundo o RASI de 2016, no âmbito do combate ao narcotráfico, foram efetuadas três operações militares em colaboração com a Polícia Judiciária (Sistema de Segurança Interna, 2016, p. 181).</p>
<p>Polícia Judiciária Militar (PJM) – Lei n.º 97-A/2009 de 3 de setembro</p> <p>Artigo 2.º Natureza</p> <p>A PJM, corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, organizado hierarquicamente na dependência do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa.</p> <p>De notar que a PJM, composta por elementos militares das FA, segundo o RASI de 2016, é um dos oito Órgãos de Polícia Criminal do Sistema de Segurança Interna que fornece a este, dados da criminalidade participada por si investigada. (Sistema de Segurança Interna, 2016, p. 24)</p>

4. Missões e Finalidade das Forças Armadas¹⁹

Às FA compete a exclusividade do uso da força na gestão organizada da violência. Enquanto componente essencial do poder, as FA quando em conflito, apenas devem desempenhar as seguintes missões: melhorar ou conter uma situação; compelir comportamentos; desorganizar estruturas ou destruir; e impor uma situação (Garcia, 2015). No entanto, as FA têm uma finalidade pública que ultrapassa a exclusividade do uso da força, nomeadamente a promoção da Segurança e o desenvolvimento e bem-estar da sociedade (figura 3).

Figura 3 – Referências sobre a Finalidade das FA



Fonte: elaborado a partir de Garcia (2015).

¹⁹ As Missões das Forças Armadas decorrem do Conceito Estratégico Militar (CEM) 2014.

Para o tema em estudo, importa referir as seguintes missões das FA:

- Defesa convencional do território nacional;
- Ciberdefesa;
- Cooperação com as Forças de Segurança;
- Vigilância e controlo, incluindo a fiscalização e o policiamento aéreo, dos espaços sob soberania e jurisdição nacional.

5. Capacidades das Forças Armadas

Conforme o CEDN: “É importante maximizar as práticas de duplo uso e de partilha de recursos, bem como eliminar todas e quaisquer formas de duplicação de meios públicos”. De destacar para o tema em estudo, são os meios necessários às capacidades seguintes das FA: “capacidade nas áreas de comando, controlo, comunicações e informações; capacidade de ciberdefesa; capacidades de vigilância e controlo dos espaços aéreo e marítimo à nossa responsabilidade; e capacidades indispensáveis para fazer face às consequências de ataques terroristas, NBQR e de catástrofes e calamidades”.

Com o documento *Defesa 2020*²⁰, o Estado português afirmou a necessidade de constituir nas FA, três conjuntos de forças e meios, com a seguinte ordem de prioridade: uma “Força de Reação Imediata”, um conjunto de “Forças Permanentes em Ação de Soberania” e um “Conjunto Modular de Forças”.

Destaca-se aqui, o conjunto de Forças Permanentes em Ação de Soberania, que de acordo com esse documento estão:

“Orientadas para missões, designadamente, de defesa aérea, patrulhamento, vigilância e fiscalização marítima e aérea, e quando determinado, vigilância terrestre, busca e salvamento, defesa Nuclear Biológica Química e Radiológica (NBQR), de interesse público e de resposta a catástrofes, em continuidade no território nacional e nas áreas de jurisdição ou responsabilidade nacional” (p. 9).

Destacam-se também as seguintes capacidades das FA:

- (a) Armada – “garantir, simultânea e continuamente, o controlo e vigilância do espaço marítimo sob responsabilidade e jurisdição nacional, as missões de interesse público e as atribuições cometidas à Armada no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima”;
- (b) Exército – “continuadamente cumprir missões no âmbito da segurança e defesa do território e da população e do apoio militar de emergência”;
- (c) Força Aérea – “Garantir, simultânea e continuamente, a vigilância e controlo do espaço aéreo (...) fiscalização e intervenção nos espaços de soberania sob responsabilidade e jurisdição nacional, bem como missões de interesse

²⁰ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril.

público e a execução das ações cometidas no âmbito do Sistema de Autoridade Aeronáutica”.

Decorrente da participação das FA nas Operações de Apoio à Paz, em vários teatros de operações internacionais, nos últimos anos, houve uma mudança na postura do militar. “Este, nestas operações, deixa de ser o ‘combatente’ (*warrior*) para passar a ser o “construtor da paz” (*peacekeeper*), o que leva à necessidade de controlo da sua agressividade e à assunção de um comportamento disciplinado e isento” (Sousa, 2011, p. 292).

“Nestas missões e teatros, muitas vezes, os militares, mesmo os de baixa patente, têm de tomar decisões que podem colocar em causa o nome do País que servem, o que tem exigido um esforço acrescido da Instituição na formação dos seus elementos, que lhes dê a capacidade para discernir quais os resultados das suas atitudes e as repercussões que delas podem resultar, não só para a sua pessoa, mas, em especial, para o País que representa.” (Sousa, 2011, p. 293).

Segundo o General Loureiro dos Santos (2016, p. 158), as FA têm “condições para suplementar a ação das Forças de Segurança, quando for necessário o emprego de capacidades de que só elas dispõem.” Com a existência das FA em permanência e operacionais, dotadas dos meios necessários aos fins a que se destinam, o Estado permite que os cidadãos e as instituições possam confiar nas capacidades das FA, que “em última instância, garantirá a lei e a ordem,” a estabilidade democrática e a paz.

6. Identificação das Principais Ameaças

No presente artigo foram consideradas as principais ameaças à segurança onde se prevê uma possível intervenção das FA “no espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado português”. Com esse intuito, tendo em conta os critérios de legitimidade de emprego das FA na segurança, as ameaças previstas no CEDN, entre outras, são a referência essencial:

- (a) Ciberterrorismo e a cibercriminalidade;²¹
- (b) Crimes estritamente militares e crimes comuns ocorridos no interior das FA
- (c) Criminalidade transnacional organizada;
- (d) Espionagem;
- (e) Pirataria²², na Zona Económica Exclusiva;

21 “Os ciberataques são uma ameaça crescente a infraestruturas críticas, em que potenciais agressores (...) podem fazer colapsar a estrutura tecnológica de uma organização social moderna”. Ver nota 9.

22 “Não só pela dependência energética e alimentar e pela importância do transporte marítimo para a economia nacional, mas também pelas crescentes responsabilidades nacionais na segurança cooperativa dos recursos globais”. Ver nota 9.

- (f) Proliferação de armas de destruição massiva;²³
- (g) Sabotagem;
- (h) Subversão;²⁴
- (i) Terrorismo transnacional.²⁵

Numa perspetiva mais tradicionalista, pode-se entender o termo ameaça, como sendo “qualquer acontecimento ou ação – em curso ou previsível – que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos materiais ou morais” (Couto, 1987, p. 329 *apud* Feiteira, 2006).

Num contexto sociológico, o termo ameaça pode configurar o seguinte:

“Probabilidade de ocorrência de um evento que, num determinado contexto, tem potencial de gerar risco; enquanto risco, corresponde à probabilidade de danos – mortes, ferimentos, destruição de bens materiais, diminuição de rendimento, ruptura da actividade económica ou degradação ambiental – em resultado da ocorrência de um determinado evento num determinado contexto” (Lourenço, 2013, p. 19).

De acordo com as Nações Unidas, o termo ameaça é reconhecido como:

“Qualquer acontecimento ou processo que possa levar a um grande número de mortes ou à diminuição das probabilidades de vida ou ponha em causa o Estado como unidade basilar do sistema internacional pode ser considerada uma ameaça à segurança internacional” (Garcia e Ferro, 2013, p. 40).

Para Barry Buzan, o termo ameaça comporta cinco tipos: militar, político, societal, económico e ecológico (Buzan, 1991 *apud* Garcia e Ferro, 2013, p. 40).

7. Análise do Conceito de Emprego das Forças Armadas na Segurança

O método de análise de conteúdo integra um conjunto de critérios de legitimidade, que por sua vez, constituem os componentes do conceito de emprego legítimo das FA na Segurança Interna. Para os componentes do conceito foram definidos os seguintes indicadores:

Critério jurídico:

- (a) legislação nacional em vigor;

23 “Na medida em que tal leve à sua eventual posse por grupos terroristas ou resulte em crises sérias na segurança regional de áreas vitais”. Ver nota 9.

24 “Acontecimentos de subversão e delinquência grupal, como por exemplo os incidentes ocorridos em França, em 2006 e os recentes incidentes, em S. Paulo, no Brasil, podem configurar-se, em consequência da sua dimensão, traduzida em ações violentas generalizadas, apesar de territorialmente circunscritas, como uma ameaça que se enquadra no âmbito da noção de Defesa Nacional, equiparada ao conceito de Segurança Nacional” (Feiteira, 2006, p. 88).

25 “Existe entre os académicos um razoável entendimento sobre alguns traços nucleares do terrorismo. A violência ou a ameaça de violência estão sempre presentes. O terrorismo procura criar um clima de medo, obter efeitos psicológicos para além das vítimas directas. O terrorismo persegue objetivos políticos” (Pereira, 2016, p. 54).

- (b) normas e regulamentos militares;
- (c) opções políticas de DN e de SI.

Critério operacional:

- (d) existência de exercícios de treino e formação;
- (e) existência de operações das FA levadas a cabo em apoio das FSS;
- (f) capacidades e competências existentes nas FA;
- (g) presença institucional de elementos das FA²⁶.

Critério social e securitário:

- (h) avaliação da ameaça;
- (i) contexto social de insegurança;
- (j) falta de determinados meios nas FSS²⁷.

Relativamente à confirmação da hipótese “quanto mais os critérios de legitimidade se verificam perante uma determinada ameaça à segurança, mais se torna legítimo o emprego da FA, e vice-versa”, recorreu-se a uma matriz de análise estruturada (Heuer e Pherson, 2011, pp. 59-63).

As FA sendo parte do Estado, devem seguir os mesmos princípios de legitimidade previstos para as FSS, numa eventual atuação em complementaridade, para alcançar a paz social e a manutenção da ordem pública. Conforme afirma Nelson Lourenço (2012, p. 188):

“O Estado deve demonstrar a capacidade de prevenir e combater a criminalidade e a insegurança subjectiva no quadro do respeito dos direitos fundamentais sob pena de perder a sua legitimidade e as suas instituições a confiança que os indivíduos nele depositam.”

Na tabela seguinte apresenta-se o modelo de verificação dos critérios de legitimidade de emprego das FA perante uma dada ameaça que possa ocorrer.

Tabela 2 – Critérios de Legitimidade

Verificação dos critérios de legitimidade SIM=1 NÃO=0	Ameaças ²⁸				
	I	II	III	IV	V
Jurídico – J	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Social e securitário – S	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Operacional – O	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: elaborada pelo autor a partir de Quivy e Campenhoudt (2013, p. 264).

²⁶ Consideram-se as estruturas de Segurança tuteladas pela DN.

²⁷ Consideram-se os necessários para responder contra eventuais ameaças à Segurança.

²⁸ Para cada grupo de ameaças levantado em determinado cenário, de entre as acima vistas em “Identificação das principais ameaças”, são verificados os critérios de legitimidade que estão presentes.

Na tabela seguinte consta a atribuição de pesos a cada critério de legitimidade, necessária para validar o modelo teórico, em ordem ao grau de importância dado a cada um deles, para legitimar o emprego das FA na Segurança, (e.g. o critério jurídico em relação ao critério social e securitário, pesa duas vezes mais):

Tabela 3 – Ordem de Importância dos Critérios de Legitimidade

Critérios de legitimidade	J	S	O	PESO 100% = 10		
jurídico – J		J	J	2J	67%	6
social e securitário – S			S	1S	33%	3
operacional – O				0O	0%	1

Fonte: elaborada pelo autor a partir de *Paired Comparasion Matrix* (Heuer e Pherson, 2011, p. 61).

A partir da matriz de análise estruturada abaixo, formulou-se o seguinte:

- Quando os três critérios considerados se verificam – é completamente legítimo o emprego das FA na segurança interna;
- Quando o critério jurídico e outro se verificam – em caso de necessidade, é legítimo e razoável o emprego das FA na segurança interna;
- Quando só o critério jurídico se verifica – em circunstâncias específicas é legítimo e pontual o emprego das FA na segurança interna;
- Quando nenhum dos critérios considerados se verifica – não é legítimo e é nulo o emprego das FA na segurança interna.

Como limite superior nesta escala de legitimidade, consideram-se as circunstâncias previstas no “regime do estado de sítio e do estado de emergência”, as quais não vão ser aqui tratadas por se entender que não carecem deste tipo de análise.²⁹

²⁹ *Vd.* Artigos 8.º e 9.º, da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio: “Artigo 8.º (...) Estado de sítio (...) 1 – O estado de sítio é declarado quando se verifiquem ou estejam iminentes atos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na lei. (...) 2 – Nos termos da declaração do estado de sítio será total ou parcialmente suspenso ou restringido o exercício de direitos, liberdades e garantias, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º, e estabelecida a subordinação das autoridades civis às autoridades militares ou a sua substituição por estas. (...) 3 – As Forças de Segurança, durante o estado de sítio, ficarão colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, por intermédio dos respetivos comandantes-gerais. (...) Artigo 9.º (...) Estado de emergência (...) 1 – O estado de emergência é declarado quando se verifiquem situações de menor gravidade, nomeadamente quando se verifiquem ou ameacem verificar-se casos de calamidade pública. (...) 2 – Na declaração do estado de emergência apenas pode ser determinada a suspensão parcial do exercício de direitos, liberdades e garantias, sem prejuízo do disposto no artigo 2.º, prevendo-se, se necessário, o reforço dos poderes das autoridades administrativas civis e o apoio às mesmas por parte das Forças Armadas.”

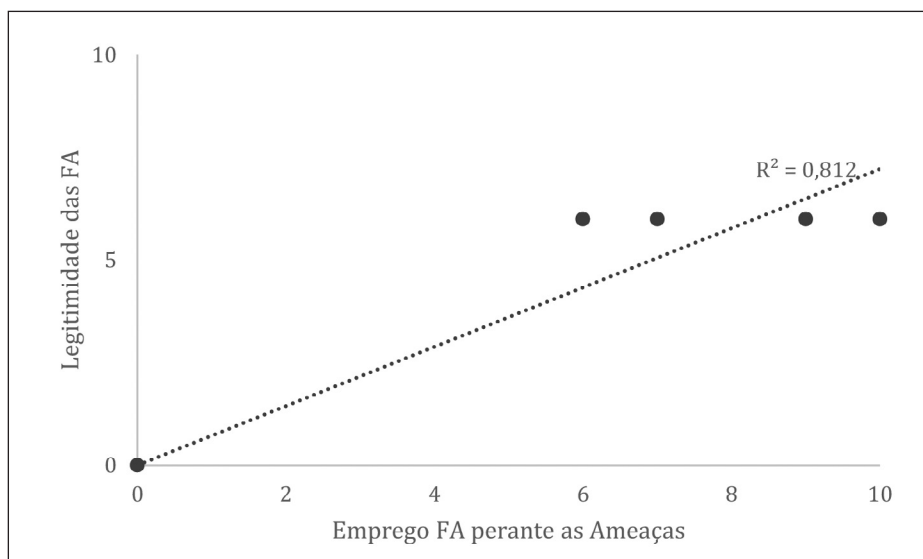
Tabela 4 – Matriz de Análise Estruturada para o Emprego das FA na Segurança

Critérios de legitimidade	Peso	ameaça I	ameaça II	ameaça III	ameaça IV	ameaça V
jurídico – J	6	6	6	6	6	0
social e securitário – S	3	3	3	0	0	0
operacional – O	1	1	0	1	0	0
total	10	10	9	7	6	0
percentagem	100%	31%	28%	22%	19%	0

Coeficiente de correlação (r) = 0,914Fonte: elaborada pelo autor a partir de *Weighted Ranking Matrix* (Heuer e Pherson, 2011, p. 63).

Na matriz acima estão registados os dados que se obtiveram para determinar em que circunstâncias é legítimo o emprego das FA perante uma dada ameaça.

Do conjunto de ameaças identificadas, aquelas que ocorram em circunstâncias prováveis do parâmetro I, o emprego das FA tem um índice de legitimidade de 31%; no parâmetro II, 28%; no parâmetro III, 22%; no parâmetro IV, 19%; sendo o índice de legitimidade 0% para as ameaças que ocorram em circunstâncias onde não se verificam qualquer dos critérios de legitimidade.

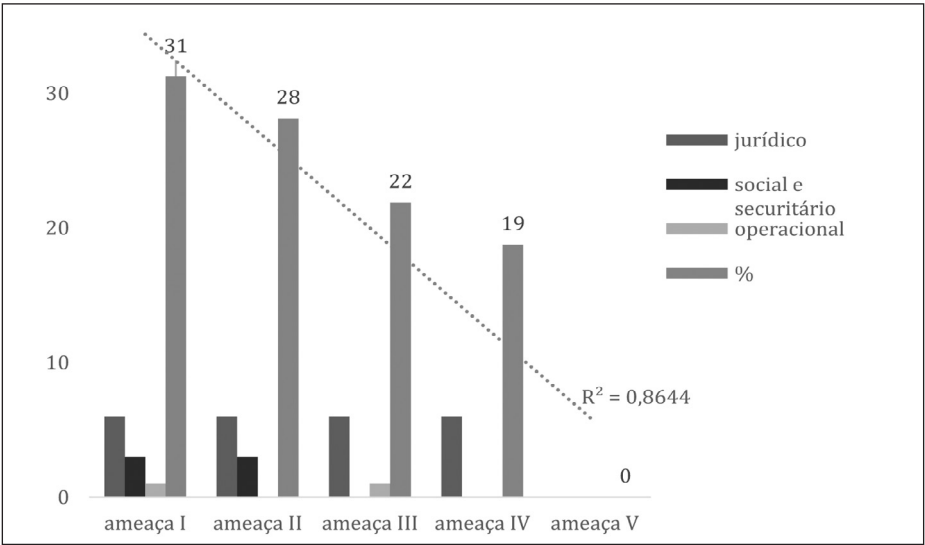
Gráfico 1 – Relações no Modelo de Análise

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Quivy e Campenhoudt (2013, p. 270).

No gráfico acima pode-se observar uma relação entre as variáveis do modelo e o índice de legitimidade das FA, bem como a reta de regressão e o valor de $R^2=0,812$

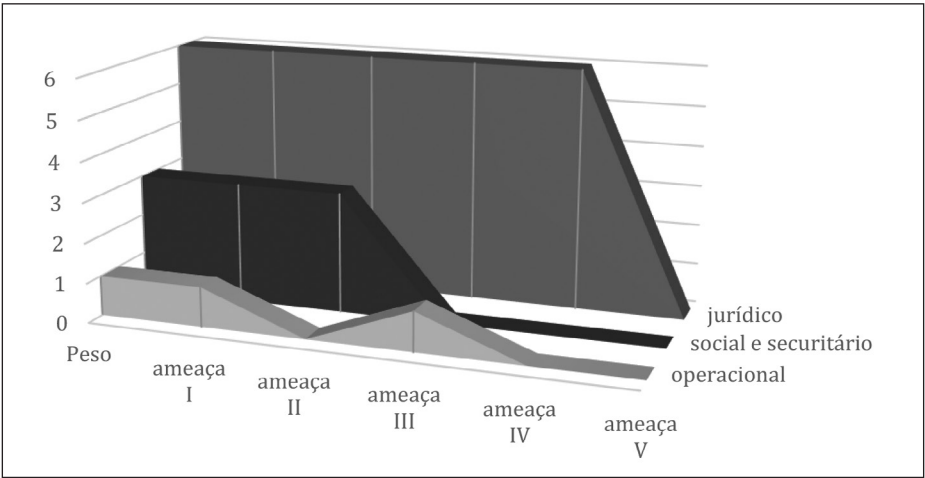
onde se demonstra a variação do índice de legitimidade, ($y > 5$ emprego legítimo; $y < 5$ emprego não legítimo), mediante a confirmação da presença dos critérios numa dada ameaça. Os pontos representam cada uma das ameaças tipo.

Gráfico 2 – Emprego das FA na Segurança, por Ameaças à Segurança



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Peso dos Critérios de Legitimidade por Ameaças à Segurança



Fonte: elaborado pelo autor.

No gráfico 2 acima representado, pode-se constatar que, em circunstâncias prováveis de ameaça I e II, o peso é maior, devido à necessidade de apoio e complementaridade às FSS, independentemente de, em II, não se verificar nas FA o critério operacional em pleno. Já no caso de circunstâncias prováveis de ameaça III, só se verificará esse apoio, quando ocorra um fenómeno de tal modo imprevisível e novo, que leva à confirmação de falta nas FSS, do critério social e securitário – por exemplo, num contexto social de insegurança muito grave, ou devido à falta de um meio nas FSS, necessário para responder contra a ameaça.

No mundo multipolar em que hoje se vive, assiste-se a uma escalada da violência nas sociedades modernas, motivada pelas mais variadas razões. Os conflitos atuais têm origem difusa, podem provocar danos em vários locais do mundo, em simultâneo e constituir ameaças em diferentes dimensões.

O emprego das FA justifica-se principalmente face a ameaças transnacionais à segurança, tais como o terrorismo transnacional, o crime transnacional organizado, os ciberataques e a proliferação de armas de destruição massiva.

Sobre a ameaça do terrorismo transnacional, convém referir que:

- (a) “Só da União Europeia terão partido, até meados de 2015, mais de 6000 jihadistas para se juntarem ao EI na Síria e no Iraque” (Tomé, 2015, p. 139).
- (b) “por muito chocantes que sejam as suas manifestações, o terrorismo obedece geralmente a uma racionalidade política” (Couto, 2009, p. 45).
- (c) “Por outro lado, há o risco crescente da chamada “proliferação não-estatal”, [armas de destruição massiva] por grupos terroristas, seitas fanáticas ou organizações de banditismo, capazes de lançarem o terror ou o pânico em grandes centros urbanos” (Couto, 2009, p. 45).

As FA têm uma grande responsabilidade na contribuição para a segurança em Portugal. A par das responsabilidades inerentes a DN cabe às FA um papel importante, no plano estratégico e operacional que é delineado para as questões de segurança. Segundo o general Loureiro dos Santos (2016, pp. 157-158), o papel das FA “não se limita à defesa militar do Estado face a ameaças que se perfilam contra ele, (...) Elas constituem também a garantia última da autoridade do Estado”.

O Estado português, relativamente à SI, reconhece a intervenção das FA no quotidiano das populações portuguesas, sendo que os princípios orientadores da proporcionalidade, legalidade e mínimo uso da força, para evitar danos colaterais, estão assegurados. O emprego das FA na segurança pressupõe, acima de tudo, um carácter de complementaridade, de uma forma supletiva, mediante as necessidades de apoio das FSS. Aquelas Forças são capazes de produzir segurança e defesa, de acordo com as decisões do poder político.

A capacidade de emprego operacional e flexível das FA garante aos Estados condições de segurança, a prossecução dos seus interesses estratégicos, a afirmação de soberania e o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

Considerações Finais

O artigo confirma a hipótese formulada na sua introdução. O ideal de segurança é hoje concebido pela visão do conceito de segurança humana e complementa a SN. O conceito de emprego das FA na segurança interna deve ser observado à luz de diferentes perspetivas sobre o conceito da segurança.

Os critérios de legitimidade – jurídico, operacional, social e securitário – permitem verificar a legitimidade do emprego das FA na segurança interna. Deste modo, quando nenhum dos critérios considerados tem peso na avaliação da provável ameaça, não é legítimo o seu emprego.

O emprego das FA na segurança interna justifica-se especialmente face a ameaças transnacionais à SN, tais como o terrorismo transnacional, o crime transnacional organizado, os ciberataques e a proliferação de armas de destruição massiva.

A ideia de uma arquitetura comum de segurança vislumbra-se no curto prazo, tendo em conta a atualidade da figura do Chefe do Estado-Maior-General das FA, uma vez que a legislação prevê a sua presença nos principais conselhos superiores dedicados à segurança e defesa, inclusivamente, por representação na Unidade de Coordenação Antiterrorismo.

Os meios de duplo uso das FA são uma mais-valia para todos os intervenientes.

O tema do emprego das FA na Segurança, particularmente em contextos de SI, está longe de obter perceções unânimes. Porém, a presente investigação procurou estabelecer os pontos de convergência e apresentar argumentos para um debate de ideias salutar sobre o assunto.

Assim, considera-se o presente texto como um elemento de investigação válido para aprofundar o conhecimento sobre o emprego das FA em contextos de segurança interna. E nesse sentido, propõe-se uma pesquisa futura acerca de uma estratégia comum para as FA e as FSS no âmbito da Segurança e Defesa em Portugal.

Referências

- Borges, J. V., 2013. As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades. *Revista Militar*, N.º 2532, pp. 25-41.
- Buzan, B. e Hansen, L., 2009. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B., 1991. New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. *International Affairs*, 67(3), pp. 431-451.
- Commission On Human Security, 2003. *Human security now*. New York: Commission on Human Security.
- Couto, A. C., 2009. Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO. *Nação e Defesa*, N.º 124, pp. 19-86.

- Decreto Regulamentar n.º 2/2016, de 23 de agosto. Estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 161, 23 de agosto de 2016.
- Decreto-Lei n.º 121/2014, de 7 de agosto. Procede à segunda alteração o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, e ao Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, com o objetivo de clarificar e regulamentar, respetivamente, as competências do capitão de porto, e os termos em que é Série-A, N.º 52 admissível o funcionamento das concessões balneares e respetivos serviços complementares e ou acessórios, fora da época balnear. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 151, 7 de agosto de 2014.
- Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro. Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro, que cria, na estrutura do Sistema da Autoridade Marítima, a Polícia Marítima, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, que estabelece, no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima, a estrutura, organização, funcionamento e competências da Autoridade Marítima Nacional. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 211, 31 de outubro de 2012.
- Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro. Cria, na estrutura do Sistema da Autoridade Marítima, a Polícia Marítima. *Diário da República*, I Série-A, N.º 219, 21 de setembro de 1995.
- Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro. Aprova a orgânica do Gabinete Nacional de Segurança. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 11, 16 de janeiro de 2012.
- Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março. Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e a organização da autoridade marítima nacional e cria a Direção-Geral da Autoridade Marítima. *Diário da República*, I, 2 de março de 2002.
- Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio. Cria, no âmbito do Sistema de Segurança Interna, na dependência e sob coordenação da/o Secretária/o Geral do Sistema de Segurança Interna, o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC –CPI), procedendo à segunda alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 100, 24 de maio de 2017.
- Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio. Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, que aprova a orgânica do Gabinete Nacional de Segurança, estabelecendo os termos do funcionamento do Centro Nacional de Cibersegurança. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 89, 9 de maio de 2014.
- Decreto-Lei n.º 9/2012, de 18 de janeiro. Aprova a orgânica da Polícia Judiciária Militar. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 13, 18 de janeiro de 2012.
- Feiteira, A., 2006. Segurança e defesa: um domínio único? *Segurança e Defesa*, n.º 1, pp. 81-88.
- Ferreira, J. B., 2015. A importância constitucional dada ao vector da Defesa Nacional como pilar fundamental do Estado. A Instituição Militar. *Revista Militar*, n.º 2556, pp. 33-78.
- Friends of Europe, 2016. *2016 Security Jam: Beyond Conventional Security Challenges*. Report of the global online brainstorming, junho. Bruxelas: Friends of Europe. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/SECJAM_REPORT_full_report_HIRES.pdf
-

- Garcia, F. P., 2015. O Instrumento Militar e as Forças Armadas. *Revista Militar*, n.º 2556, pp. 17-32.
- Garcia, F. P. e Ferro, M., 2013. A Crise do Estado e a Segurança Internacional. *Revista de Direito e Segurança*, N.º 1, pp. 37-61.
- Heuer, R. J. e Pherson, R. H., 2011. *Structured analytic techniques for intelligence analysis*. Washington: Cq Press.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, I Série-A, N.º 155, 12 de agosto de 2005.
- Lei n.º 28/2013, de 12 de abril. Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 72, 12 de abril de 2013.
- Lei n.º 30/84, de 5 de setembro. Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa. *Diário da República*, I Série, N.º 206, 5 de setembro de 1984.
- Lei n.º 44/86, de 30 de setembro. Regime do estado de sítio e do estado de emergência. *Diário da República*, I Série, N.º 225, 30 de setembro de 1986.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. Aprova a Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 167, 29 de agosto de 2008.
- Lei n.º 59/2015, de 24 de junho. Primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Anti-terrorismo. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 121, 24 de junho de 2015.
- Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro. Define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar, bem como os princípios e competências que enquadram a sua acção enquanto corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 171, 3 de setembro de 2009.
- Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio. Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência). *Diário da República*, 1.ª série, N.º 92, 11 de maio de 2012.
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho. Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 129, 7 de julho de 2009.
- Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho. Aprova a Lei de Defesa Nacional (publicada pela Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho). *Diário da República*, 1.ª série, N.º 138, 20 de julho de 2009.
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto. Quinta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 155, 13 de agosto de 2014.
- Lourenço, N., 2015. As novas fronteiras da Segurança. *Segurança e Defesa*, N.º 31, pp. 26-37.
- Lourenço, N., 2013. Globalização e insegurança urbana. *Revista Angolana de Sociologia*, N.º 11, pp. 11-34.

- Lourenço, N., 2012. Legitimidade e confiança nas polícias. *Revista do Ministério Público*, 129, pp. 181-198.
- Ministério Público, 2016. *Legislação Documentação – Pesquisar*. [Online] Available at: <http://www.ministeriopublico.pt/iframe/pesquisar> [Acedido em 30 de maio de 2016].
- Pereira, J., 2016. Terrorismo Transnacional. Em: João Vieira Borges e Teresa Ferreira Rodrigues, coord., *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos, pp. 51-69.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V., 2013. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 6.^a Edição. Lisboa: Gradiva.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril. Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República*, 1.^a série, N.º 67, 5 de abril de 2013.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril. Aprova as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada por Reforma «Defesa 2020». *Diário da República*, 1.^a série, N.º 77, 19 de abril de 2013.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro. Aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo. *Diário da República*, 1.^a série, N.º 36, 20 de fevereiro de 2015.
- Santos, J. L., 2016. *A Guerra no meio de nós: A realidade dos conflitos do século XXI*. Lisboa: Clube do Autor.
- Sistema de Segurança Interna, 2016. *Relatório Anual de Segurança Interna 2016*. [Online] Disponível em: [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf) [Acedido em 17 Maio 2017].
- Sousa, F., 2011. A Participação de Portugal nas Operações de Paz e a Segurança Nacional. *Revista Militar*, N.º 2509/2510, março, pp. 271-297.
- Teixeira, N. S., 2009. Que Visão para a Defesa? Desafios que se Colocam a Portugal. *Nação e Defesa*, N.º 124, pp. 9-18.
- Tomé, L., 2015. “Estado Islâmico” percurso e alcance um ano depois da auto-proclamação do “Califado”. *Janus.net*, Volume 6, N.º 1, pp. 125-149. Disponível em: https://www.academia.edu/14142387/_ESTADO_ISL%C3%82MICO_PERCURSO_E_ALCANCE_UM_ANO_DEPOIS_DA_AUTO-PROCLAMA%C3%87%C3%83O_DO_CALIFADO_
- United Nations Human Security Unit, 2014. *Strategic Plan 2014-2017*. New York: Human Security Unit.
- United Nations Trust Fund for Human Security, 2009. *Human Security in Theory and Practice*. New York: United Nations.